

PROJETO DE LEI Nº , de 2020

(Do Sr. FAUSTO PINATO)

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para prever a comprovação de regularidade das exigências de natureza sanitária como requisito para a qualificação técnica nas licitações e contratos públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 30 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do inciso V seguinte:

“Art. 30.....

.....
V – comprovação da regularidade sanitária, prevista na legislação pertinente, em especial a documentação relativa à autorização de funcionamento, à licença e ao alvará sanitário, no caso de produtos sujeitos à vigilância sanitária. (NR)”
.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

Justificação

A contratação de bens e serviços pela Administração Pública pressupõe a observância de critérios e princípios direcionados a assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes e à seleção da melhor proposta para o Estado. Os princípios que regem a Administração Pública permeiam o instituto da licitação, tendo destaque a isonomia, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a probidade administrativa. Ao administrador público, que busca a aquisição de determinado bem, compete observar os aspectos inscritos nas leis de modo a proteger o interesse público.

A qualificação técnica dos licitantes, dentre os diversos outros requisitos elencados em lei para trazer maior segurança na contratação

pública, prevista no art. 30 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, serve para permitir a seleção de potenciais contratantes que assegurem a qualidade do objeto a ser fornecido. Os produtos destinados à saúde e que são sujeitos à vigilância sanitária geralmente envolvem riscos intrínsecos. Por isso que as empresas que os têm como seu objeto de atuação precisam, para funcionar, obter previamente a autorização dos órgãos públicos, de cada esfera governamental. Somente após a observância das exigências previstas na legislação sanitária, aferidas pela fiscalização das autoridades competentes, podem tais empresas exercer o seu objeto social de forma regular.

Apesar dessa proteção, a Lei de Licitações não traz quaisquer exigências para as empresas que comercializam os produtos de saúde junto à Administração Pública, relacionadas com a comprovação de sua regularidade junto às autoridades sanitárias. Tal providência fica à discricionariedade do ordenador de despesa no momento da elaboração do instrumento de edital, o qual pode ser omissivo quanto à exigência. Essa lacuna legal pode representar maiores riscos sanitários nas contratações públicas e, a nosso ver, merece ser eliminada. Por isso, apresento o presente projeto e solicito o apoio de meus pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado **FAUSTO PINATO**